

190
A. SCHAPIRO

ESPÓLIO PINTO QUARTIM

N.º 1/25

B. 96

AS TREZ INTERNACIONAIS SINDICAIS

Amsterdam, Moscovia, Berlim



1925

Editorial de A BATALHA
Calçada do Combro, 38-A, 2.º
LISBOA - PORTUGAL

S.
B. 96

Biblioteca da A. I. T.

A. SCHAPIRO

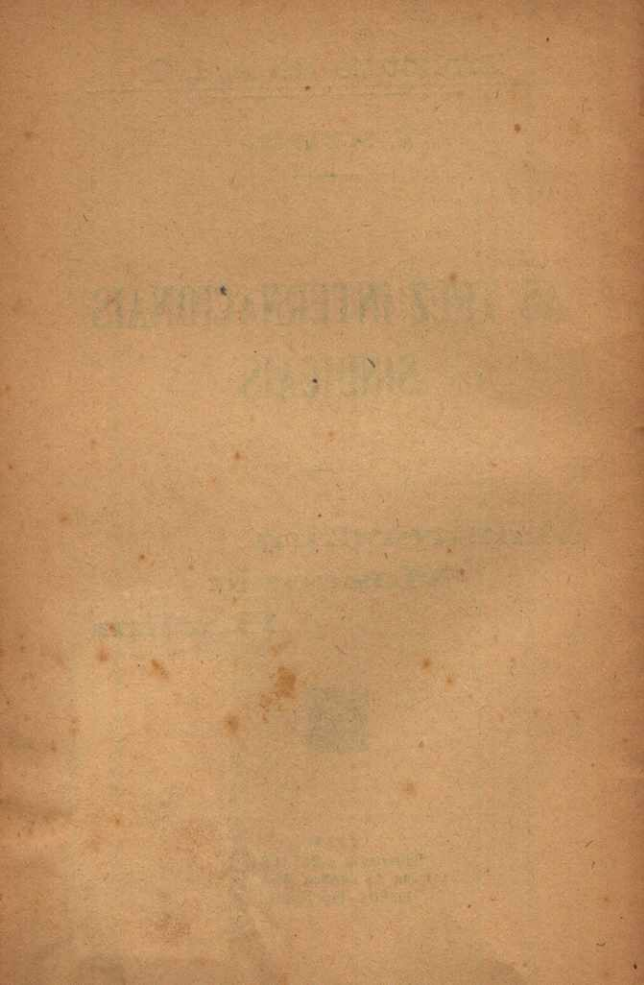
**AS TREZ INTERNACIONAIS
SINDICAIS**

**Amsterdam
Moscovia
Berlim**



1925
Editorial de A BATALHA
Calçada do Combro, 38-A,
LISBOA - PORTUGAL





As Internacionais Sindicais

I

Introdução

Desde a fundação da Primeira Internacional, a classe operária de todos os países não cessou de tentar agrupar as suas forças, afim de poder chegar a uma ligação internacional, que se transformasse numa força capaz de se opôr ao capitalismo mundial.

Desde então, também, duas grandes linhas divergentes se esboçaram em tôdas as manifestações nacionais e internacionais da classe operária organizada. Mas, enquanto no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada, em 1864, pelos trabalhadores franceses e ingleses, estas divergências, que conduziram à scisão entre marxistas e bakuninistas, no Congresso de Haia, em 1872, eram representadas por grandes individualidades, com um número comparativamente fraco de aderentes, estas mesmas divergências estão agora representadas mais por grandes movimentos de massas do que por individualidades.

Porque estas divergências subsistem sempre. Longe de se aplanarem, tornaram-se mais profundas; longe de enfraquecerem, não fazem senão reforçar-se. Seria, po s, importante examinar a marcha dos acontecimentos, desde que os trabalhadores começaram a querer organizar-se independentemente, e os motivos que puderam conduzir ao aprofundamento das divergências fundamentais sôbre o papel e o destino das organizações económicas da classe operária.

Recordemos que, após a morte da Primeira Internacional, todos os Congressos Internacionais do proletariado tinham tido, até 1896, um carácter misto e heterogêneo;

podiam neles participar, em perfeita igualdade, os partidos socialistas, as organizações anarquistas e os sindicatos operários. Era o período da frente única — mas era, também, o período da educação, das preparações, das «apalpadelas».

Já, em 1895, o Congresso Internacional Socialista de Zurigo proibiu às organizações anti-estatais de tomarem parte nos seus trabalhos. A-pesar-disso, em Londres, em 1896 (1), o Congresso Internacional, ainda que sem a comparência de anarquistas, encontrou-se rodeado de organizações operárias — vindas, sobretudo, da França e da Holanda — que tinham abraçado os princípios federalistas e anti-estatais.

Neste Congresso foi decidido que, de futuro, não poderiam tomar parte nos Congressos Internacionais senão os partidos e organizações que reconhecessem a acção política; quere dizer: o centralismo e a conquista dos poderes públicos.

Foi a scisão definitiva que, num certo grau, conduziu mais uma vez à luta entre Marx e Bakunine, que teve o seu ponto culminante no Congresso de Haia da Primeira Internacional.

O movimento operário devia começar a procurar o seu próprio caminho, independente de todo o partido político.

Estas aspirações do movimento operário só receberam a sua primeira forma concreta, sob o ponto de vista internacional, em 1902, quando na Conferência Operária Internacional de Stuttgart foi criado um Secretariado Sindical Internacional, à frente do qual foi colocado Legien, dos sindicatos alemães.

Esta primeira tentativa, furtiva e amorfa, continuou a ser o único organismo operário, semelhando um laço in-

(1) Eis a moção votada no Congresso de Londres de 1896:

«A Comissão de Regulamentos do Congresso é encarregada de preparar o convite para o próximo Congresso, dirigindo-se exclusivamente:

1) Aos representantes das organizações que aspiram a substituir a propriedade e produção socialista pela propriedade e produção capitalista, e que consideram a acção legislativa e parlamentar como um dos meios para atingir este fim;

2) Às organizações puramente operárias que, embora não tomando uma parte activa na política, declarem reconhecer a necessidade da acção legislativa e parlamentar; os anarquistas são, por conseguinte, excluídos.»

ternacional de informações mútuas. E foi só dez anos mais tarde que foi levantada — em Zurigo, em Zurigo — a questão da organização definitiva de uma Internacional Sindical.

Durante êste tempo, os elementos operários opostos à política e à acção parlamentar estiveram completamente isolados uns dos outros. Mas, neste mesmo ano de 1913, viu-se não só os aderentes do Secretariado Internacional dos Sindicatos reunirem-se em Zurigo, para a deliberação a constituição definitiva de uma Internacional Sindical, mas também os partidários, cada vez mais numerosos, dum movimento operário revolucionário reunirem-se em Londres, para procurar criar um movimento homogêneo com a orientação do sindicalismo revolucionário, tal como começava a desenvolver-se, não sómente em França, sob o impulso de Pelloutier, de Fouget, de Griffuelhes e dos outros militantes sindicalistas, mas também na Espanha, Alemanha e América do Sul.

II

O despertar operário nas vésperas de guerra

Já no Congresso dos Sindicalistas, que se realizou de 27 de Setembro a 2 de Outubro de 1913, mais de 250.000 operários estiveram nele representados. Entre os países onde a organização sindicalista tomava claramente forma, e se organizava nacionalmente, podemos mencionar a Argentina, Brasil, Alemanha, Holanda, Itália e Suécia. A França acabava precisamente de retomar o seu lugar no Secretariado Internacional, em cujas sessões, até então, se tinha recusado a tomar parte, e não esteve representada no Congresso Sindicalista senão por alguns pequenos sindicatos da província e pelos operários da Construção Civil, que, de todos os tempos, têm sido em França a guarda avançada do movimento sindicalista revolucionário.

Eis a declaração aprovada por êste Congresso, sobre o papel do sindicalismo :

«O Congresso, reconhecendo que a classe operária de todos os países sofre a escravidão do sistema capitalista e estatal, declara-se pela luta de classes, pela solidariedade internacional e pela organização independente da classe operária sobre a base federativa.

Aspira ao desenvolvimento material e intelectual ime-

diato da classe operária até à abolição do sistema capitalista e estatal.

O Congresso declara que a luta de classes é uma consequência inevitável da propriedade privada dos meios de produção e de distribuição, e preconiza a socialização desta propriedade e o desenvolvimento dos sindicatos em organizações produtoras capazes de se encarregar da direcção da produção e da distribuição.

Reconhecendo que os sindicatos internacionais não atingirão este fim, senão quando deixarem de estar divididos por diferenças políticas e religiosas, declara que a luta é de carácter económico, entendendo-se, por isso, que não contam, para atingir o seu fim, com as assembleias governamentais ou com os seus membros, mas unicamente com a acção directa dos trabalhadores organizados.

Por conseguinte, o Congresso apela para os trabalhadores de todos os países, afim de se organizarem em uniões industriais independentes, e de se unirem sobre a base da solidariedade internacional, com o objectivo de obter a sua emancipação e de se libertar da dominação capitalista e estatal.» (1)

Nós encontramos já, nesta resolução, os tres pontos cardiais, que se repetirão, mais tarde, quando as organizações económicas revolucionárias tiverem achado a possibilidade de se organizar sobre um terreno firme. Estes tres pontos são :

1.º — A destruição não somente do capitalismo, mas do Estado.

2.º — A transmissão às organizações económicas da gestão da produção e da distribuição.

3.º — A acção directa, excluindo toda a acção politica.

Quanto à questão da forma da nova organização internacional, não foi resolvido adoptar a direcção que lhe queriam dar a maior parte dos países representados (Holanda, Alemanha, Suécia, etc.), preconizando, principalmente, a criação dum outro Secretariado Internacional oposto ao de Legien. Dificuldades noutros países, e sobretudo em França, onde a C. G. T. acabava de aderir activamente ao Secretariado Internacional de Berlim, forçaram o Congresso a contentar-se somente com um *Comité de Informação*, que teria por fim :

1.º — Desenvolver, por uma correspondência regular, o conhecimento reciproco das forças sindicalistas dos diversos países.

2.º — Publicar um boletim resumindo os factos, estatísticas e todas as informações relativas ao movimento sindicalista de todos os países.

3.º — Contribuir para todas as manifestações de solidariedade internacional, interessando as organizações aderentes.

4.º — Organizar congressos sindicalistas internacionais (2).

Antes dum ano, sobreveiu a grande guerra. Ela absorveu, num mesmo abismo, as tentativas do Secretariado Internacional de Berlim e do Congresso Sindicalista de Londres, para ligar os trabalhadores do mundo.

Os proletários de todos os países desuniram-se ferozmente, e, sobre o altar dum militarismo mundial inaudito, até então, foram imoladas milhões de vidas de trabalhadores e a maior parte das organizações operárias de todos os países beligerantes.

(1) Não houve relatório oficial do Congresso. Os diferentes órgãos sindicalistas da época, que tinham publicado esta moção, traduziram-na incompletamente. Nós tiramos o texto da «Solidaridad Obrera», de Barcelona, de 16 de Outubro de 1913. Este texto não contém, todavia, o fim do § 1.º («sobre a base federativa»); estas palavras existem nas traduções alemãs («Einigkeit», 11 de Outubro de 1913) e holandesa («De Arbeid», 11 de Outubro de 1913).

(2) «Bataille Syndicaliste», 5 de Outubro de 1913.

III

O grande silêncio

Durante os anos malditos da grande guerra, as organizações sindicais dos países beligerantes aderiram, em princípio, à união sagrada. Nos países em que as organizações sindicalistas revolucionárias começavam a lançar raízes, o *chauvinismo* monstruoso, levantado pela guerra, arrancou todos estes arbustos novos.

Seria, para este fim, muito importante notar a atitude das organizações sindicalistas durante o período das hostilidades.

A vaga guerreira, que englobou, num dado momento, num só bloco, capitalistas, imperialistas, socialistas e mesmo anarquistas, não se deteve perante as organizações económicas. Estas também tiveram que sofrer com o empreendimento nacionalista e patriótico. A atitude de certos órgãos sindicais, contudo, não era para surpreen-

der excessivamente o mundo operário. Assim, os «sindicatos livres» da Alemanha, conhecidos agora sob o nome de «Allgemeine Deutsche Gewerkschaftsbund», ligaram a sua sorte à do Império Alemão, e proclamaram a sua dedicação aos exércitos do Kaiser. Na Inglaterra, a «General Federation of Trade Unions» tornou-se um agente de recrutamento do governo britânico. Em França, encontramos em face duma organização sindicalista revolucionária — a C. G. T. — que também, desvairada e perturbada pelos acontecimentos, se sacrificou no altar desta união sagrada.

Enquanto as grandes organizações operárias se quebravam, moralmente, contra os rochedos da guerra capitalista, as pequenas organizações sindicalistas, que começavam a desenvolver-se, apresentavam, ao contrário, uma frente unida anti-militarista de resistência contra os malefícios da guerra e de oposição à própria guerra. Os sindicatos localistas da Alemanha (que foram o núcleo da «Freie Arbeiter Union», depois da guerra), inimigos declarados da guerra, foram abafados pelo férreo punho do militarismo alemão; na Itália, a União Sindical Italiana, fundada quasi na véspera da guerra, em 1912, teve todos os seus militantes presos e perseguidos.

As organizações sindicalistas dos países neutros, ainda que fóra da luta directa, receberam, inevitavelmente, o contra-choque da derrocada dos seus vizinhos. Os sindicalistas de Espanha, de Portugal (este último país estava nominalmente em guerra, do lado dos aliados), da Suécia e da Holanda estavam votados a uma inactividade forçada (1). Estando as relações internacionais rôtas, tendo melhorado a situação interna destes países à custa dos povos combatentes, graças à fabricação de engenhos de guerra para os dois grupos armados — os militantes desses países tinham apenas uma única esperança — ter paciência para esperar o fim das hostilidades; conservar as reduzidas fileiras cerradas à volta da sua organização, enfraquecida pelos acontecimentos muito bruscos e muito poderosos, e procurar, a todo o custo, conservar a cabeça acima da onda devastadora, afim de poder, no dia da paz enganadora, lançar-se, com mais ardor do que nunca, nesta outra batalha — a nossa — de todos os oprimidos contra todos os opressores.

Quanto às tentativas de esboços de Internacionais Operárias — o Secretariado Sindical Internacional de Berlim e o «Bureau» Internacional de Informação de Amsterdão — tiveram uma sorte ainda mais triste. Com as tres quartas partes da Europa em guerra, com a classe operária morrendo nos campos de batalha, oferecida em holocausto

ao capitalismo, ávido de sangue e de riquezas, com as fronteiras herméticamente fechadas, com as leis marciais introduzidas por toda a parte — estes órgãos de confraternização universal do proletariado expiraram no próprio dia em que a aurora sangrenta se levantou, em Agosto de 1914, sôbre o horisonte do mundo civilizado.

Era o grande silêncio de morte que pairava sôbre o mundo trabalhador. Durou quatro anos. Nenhuma luz de esperança na Europa Ocidental. Nem um «pedaço de palha», ao qual alguém se pudesse agarrar, para não perder de todo a esperança na humanidade torturada e martirizada.

(1) A Confederação Nacional do Trabalho de Espanha tinha, é verdade, tentado, em Outubro de 1914, convocar, na Espanha, um Congresso internacional contra a guerra. Mas já o sistema dos passaportes estava em vigor, e o Congresso não se pdeu realizar.

IV

A esperança na revolução russa

Sim. Uma claridade iluminou, subitamente, o campo de batalha. Ela apareceu, como um sonho, no meio da carnificina humana, que continuava a produzir os seus estragos. O clássico *ex oriente lux* tomou forma concreta.

A revolução russa de 12 do Março de 1917 pôs toda a Europa em alvoroço. Novas esperanças surgiram não somente no seio das massas trabalhadoras da Rússia, mas também os explorados de toda a parte sentiram as suas esperanças crescer: primeiro, porque a guerra acabaria em breve; em seguida, porque se abria a era da emancipação, larga e plena de promessas.

Os acontecimentos desenrolavam-se com uma velocidade vertiginosa. Enquanto a guerra continuava as suas devastações, e dizimava milhões de vidas humanas, a Rússia proletária, descontente com uma revolução realizada só até metade, querendo alguma coisa mais do que a abolição do regime czarista e a sua substituição por um regime de coligação burguesa, marchava, a grandes passos, para uma transformação de todo o seu sistema social, e proclamava, a 7 de Novembro de 1917, a destruição da propriedade privada, a queda da burguesia e do capitalismo, o

advento do reino operário e camponês. A canção revolucionária francesa :

Operário, toma a máquina,
Toma a terra, camponês,

tornava-se uma realidade

¿ E' para admirar que, desde este dia, uma tal erupção vulcânica no meio da matança mundial, que continuava sempre, tivesse deixado traços profundos na marcha dos acontecimentos ?

Quando a guerra terminou, em Novembro de 1918, todos os olhares estavam voltados para a Rússia, para o país onde a guerra tinha terminado havia mais de nove meses, e onde parecia brilhar, para os trabalhadores do mundo, a aurora duma nova era emancipadora.

As massas operárias tinham sede de liberdade, após os quatro anos de escravidão, de misérias e de embrutecimento físico e moral. A revolução alemã, que surgiu exactamente um ano depois da revolução russa, animou, ainda mais, a classe operária.

A era da libertação da humanidade parecia verdadeiramente desenrolar-se perante os olhos da Europa ensanguentada.

Mas isto era apenas uma miragem. As revoluções húngara e bávara foram impiedosamente esmagadas sob a férula militarista; a revolução alemã foi detida no seu desenvolvimento pela mão fria e inanimada da social-democracia alemã; e, enfim, a própria revolução russa, passou a trilhar um falso caminho sob o «Knout» da ditadura dum grupelho político; e as massas operárias do mundo inteiro sentiram-se desorientadas neste labirinto de revoluções esfaceladas e de reacções triunfantes, encontrando-se subitamente perante uma encruzilhada, donde partiam caminhos diversos, cada um dêles parecendo conduzir ao fim comum do proletariado — a sua libertação completa de toda a servidão, de toda a escravidão política, económica ou social.

V

As bifurcações sindicais

Tres meses após a cessação das hostilidades, o Secretariado Internacional, que na véspera da guerra tinha tentado pôr de pé uma organização sindical mundial, retomou os fios interrompidos pela guerra, numa conferência

preliminar em Berna, em Fevereiro de 1919. Alguns meses mais tarde, em 31 de Julho de 1919, a Federação Sindical Internacional foi fundada em Amsterdão.

Mas, do seu lado, as organizações sindicalistas revolucionárias, independentes das centrais sindicais, que aderiram à Federação Sindical Internacional de Amsterdão, quiseram, também, retomar o trabalho, no ponto onde tinha sido deixado pelo Congresso de Londres de 1923. Aqui, contudo, um novo factor se imiscuiu e, por algum tempo, perturbou todos os trabalhos.

A revolução russa estava ainda no seu apogeu. As mentiras grotescas e as páas de lama e de imundícies, que a imprensa burguesa lançava, diariamente, sobre a nova Rússia, não faziam senão aumentar a simpatia da classe operária do Ocidente a respeito da grande tentativa do povo russo, que se tinha desembaraçado do tzarismo e da burguesia. A ditadura do proletariado aparecia aos trabalhadores, fora das fronteiras soviéticas, apenas como um gesto, uma proclamação dirigida à burguesia e à contra-revolução, para dela se inteirarem e abandonarem toda a esperança de regresso. As tentativas de restauração de Yudenitch, de Petliura, de Skoropadsky e de Denikine, fomentadas e alimentadas pela burguesia europeia — tão depressa a inglesa como a francesa — estreitavam, ainda mais, os laços de solidariedade das massas operárias revolucionárias com o proletariado russo e com a revolução russa.

E quando, em 1919, se criou em Moscóvia a Internacional Comunista, e fez um apêlo a todos os elementos revolucionários para a ela aderirem, uma vaga de simpatia se manifestou da parte de todos aqueles que preconizavam a revolução e o comunismo libertário. Foi assim que se poudo ver, no segundo Congresso da Internacional Comunista, em 1920, organizações sindicalistas revolucionárias — tão anti-políticas e anti-autoritárias como a Confederação Nacional do Trabalho de Espanha e a União Sindical Italiana — darem a sua adesão entusiasta a este organismo.

No entretanto, muitos delegados de organizações sindicais, idos ao segundo Congresso da Internacional Comunista, tiveram, com os representantes da C. G. T. russa, muitas conferências preliminares sobre a necessidade dum organismo operário internacional, fóra e ao lado da Internacional Comunista. Estas conferências deram origem à criação dum Conselho Internacional Provisório dos Sindicatos Operários, cuja tarefa era de convocar um Congresso Internacional dos Sindicatos Revolucionários.

Mas já esta ditadura do proletariado, que parecia a

alguns um modo de se pôr em guarda contra a burguesia, se tornava, cada vez mais, uma máquina de aço, que triturava tudo na sua passagem — burguesia e proletariado; e os militantes vindos de Moscóvia, e tendo participado na criação do Conselho Internacional Provisório, voltaram aos seus países, desiludidos e de sôbre-aviso.

As suspeitas contra a acção de Moscóvia foram crescendo. Não havia, pois, que admirar que os sindicalistas revolucionários, que deviam tomar parte no Congresso Internacional em preparação (foi primeiro anunciado para Maio de 1921 e, em seguida, adiado para Julho de 1921), tivessem querido, antes de ali se dirigir, entender-se sôbre a linha de conduta a adoptar em Moscóvia.

Para êste fim, os delegados da maior parte das organizações sindicalistas revolucionárias encontraram-se, em Dezembro de 1920, em Berlim, para ali elaborarem uma base comum de entendimento, que seria proposta no Primeiro Congresso dos Sindicatos Revolucionários, que devia realizar-se, alguns meses mais tarde, em Moscóvia.

Nesta conferência foi aprovada, por unanimidade, a moção seguinte (1):

«A Internacional Revolucionária do Trabalho coloca-se, sem nenhuma reserva, no ponto de vista da luta de classe revolucionária e do poder da classe operária.

A Internacional Revolucionária do Trabalho tende à destruição e aniquilamento do regime económico, político e espiritual do sistema capitalista e do Estado.

Tende à fundação duma sociedade comunista livre.

A conferência constata que a classe operária pode unicamente destruir a escravidão económica, política e espiritual do capitalismo pela aplicação mais rigorosa dos seus meios de poder económico, que encontram a sua expressão na acção directa revolucionária da classe operária, para atingir êste fim.

A Internacional Revolucionária do Trabalho é inteiramente independente de todo o partido político. No caso em que ela se decida a uma acção e um dos partidos políticos ou outras organizações se declarem de acôrdo com ela — ou vice-versa — a execução desta acção pode-se fazer em comum com estes partidos e organizações.

A conferência fez um apêlo urgente a todas as organizações sindicalistas revolucionárias e industriais para tomarem parte no Congresso convocado para o 1.º de Maio de 1921, em Moscóvia, pelo Conselho Provisório da Internacional Vermelha do Trabalho, afim de fundar uma Internacional Revolucionária do Trabalho, unindo todos os trabalhadores revolucionários do mundo.»

O «bureau» de informação, nomeado pela Conferência de Dezembro de 1920, esperou os resultados do Congresso constitutivo da I. S. V. Como se verá depois, êste Congresso esteve longe de satisfazer os sindicalistas. Ao contrário, tornava-se cada vez mais claro que não havia nenhuma possibilidade de entendimento com Moscóvia no terreno sindical. Todas as ténativas dalguns sindicalistas, que estiveram em Moscóvia, para dar à nova Internacional uma feição sindicalista independente, não submetida ao partido comunista, foram em vão. A Internacional Sindical Vermelha foi fundada... e os sindicalistas revolucionários regressaram vencidos; encontravam-se desiludidos sôbre o verdadeiro carácter da Internacional Comunista e da nova Internacional Sindical Vermelha da ditadura do proletariado, e sôbre a orientação, cada vez mais anti-revolucionária, que a revolução russa tomava sob a direcção do partido bolxevista russo.

Mas tinha havido, infelizmente, muitos Congressos e Conferências, durante êste período agitado, cheio de esperanças e de decepções, e passou-se ainda um ano sem que os sindicalistas revolucionários tivessem podido encontrar-se, para tirar as conclusões que se impunham.

Foi só em Junho de 1922, em Berlim, que êles puderam encontrar-se de novo, entender-se sôbre os princípios fundamentais do sindicalismo revolucionário e criar um «Bureau» Internacional Provisório, tendo por objectivo pôr-se em comunicação com todas as organizações sindicalistas do mundo, afim de convocar um Congresso Mundial, que lançasse as bases de uma Internacional Operária Revolucionária, inimiga de toda a política, de toda a opressão, de toda a ditadura e de todo o Estado. Este Congresso realizou-se em Berlim, em Dezembro de 1922. O espirito da Primeira Internacional — federalista e anti-estatal — inspirou os debates dêste Congresso. O sindicalismo revolucionário mundial ficava, mais do que nunca, federalista e anti-estatal. Reorganizando-se, nada de melhor tinha a fazer do que retomar o nome abandonado — e abandonado com razão — por todos os estatistas de toda a espécie da Internacional de Bakunine. Neste Congresso de Dezembro de 1922 foi constituída a *Associação Internacional dos Trabalhadores*.

Foi assim que a classe operária, quebrada e disseminada pelos anos da guerra, reconstruiu os seus edificios. Mas, em vez dum só palácio, que poderia ter surgido, se os políticos não tivessem conseguido desviar o movimento operário da sua larga estrada emancipadora para os atalhos estreitos e sufocantes do estatismo — reformista ou

ditatorial — surgiram tres casas sôbre as velhas ruínas. Os trabalhadores deviam escolher.

(1) «Comunicações referentes à Conferência Sindicalista Internacional», 1921, p. 7-8.

VI

Os princípios das Internacionais

A fim de melhor nos inteirmos do mobiliário que decorava estas tres construções operárias, feitas depois da guerra, não seria supérfluo dar um curto sumário dos princípios, da tática e dos métodos de luta que regem as tres internacionais operárias, para poder daí tirar, mais facilmente, as conclusões sôbre o papel que elas estão destinadas a desempenhar na obra emancipadora das classes trabalhadoras.

Dá-los hemos, pois, aqui, segundo a ordem cronológica da fundação dêstes tres organismos.

A Federação Sindical Internacional (F. S. I.)

Os estatutos da F. S. I. brilham pela ausência de toda a declaração de princípios. O seu Congresso constitutivo de Julho de 1919, no qual os Estatutos foram elaborados, ocupou-se, sobretudo, da «Carta Internacional do Trabalho», inserita no Tratado de Versalhes, da Conferência de Washington, da Sociedade das Nações, mas de nenhum modo do movimento operário independente. Isto já indica que, sendo esta Internacional absolutamente incapaz de apresentar as suas próprias ideias sôbre a reconstrução da vida social, está pronta a negociar a sua independência com esta mesma Sociedade das Nações, que não é senão uma organização inter-estatal para abafar a classe operária, dando aos seus chefes a possibilidade de se instalarem, em minoria permanente, no seio das comissões variadas da Sociedade das Nações, tais como o «Bureau» Internacional do Trabalho, etc.

Na declaração do Congresso sôbre a acção da F. S. I. não encontramos senão frases desarticuladas, que apenas servem para conservar, cada vez mais, as massas traba-

lhadoras numa inactividade doentia. Eis esta declaração (1):

«A comissão pede ao Congresso para exprimir a opinião que da situação económica criada pela guerra deriva a impotência do capitalismo em reorganizar a produção de maneira a assegurar o bem-estar das massas populares. Reconhecendo o grande trabalho realizado por todos os trabalhadores em geral e pelos sindicatos em particular, pela acção sindical, o Congresso declara que é indispensável que os esforços e a acção do proletariado de todos os países sejam dirigidos com o fim de socializar os meios de produção, considerando que os sindicatos são condição indispensável da base da realização da socialização.

Para este fim, o Congresso encarregará o «Bureau» Sindical Internacional de recolher e de os ter constantemente em dia todos os documentos de natureza a tornarem conhecidos os resultados obtidos pela socialização dos meios de produção de tais ou tais indústrias, nos países onde esta experiência tenha sido realizada, a fim de as comunicar às centrais nacionais aderentes.

Mas a comissão pede ao Congresso para lembrar a todos que, mesmo socializados os meios de produção, é, sobretudo, por meio duma produção normal, scientificamente e progressivamente desenvolvida, que o bem-estar geral e individual se pode obter e ser garantido a todos e por toda a parte. A comissão considera que só esta garantia poderá tornar possível e eficaz a socialização.»

Foi tudo o que a F. S. I. encontrou para propôr ao proletariado mundial, como saída da situação que se seguiu à grande guerra!

Quanto aos fins desta Internacional, ei-los, tais como são enunciados nos seus Estatutos (2):

«1.º — Defender os interesses e secundar os esforços das organizações aderentes sobre o terreno sindical nacional e internacional.

2.º — Encorajar o movimento sindical nacional e internacional dos países não filiados.

3.º — Dirigir uma acção combinada sobre todas as questões de interesse sindical comum.

4.º — Proteger os trabalhadores em luta contra os fadadores de greves dos outros países.»

Áparte estas declarações obscuras, embrulhadas e expressamente indecisas, nem os Congressos da F. S. I., nem os estatutos contêm qualquer coisa que possa dar

uma ideia clara do que esta Internacional pensa sobre a maneira como a classe operária se emancipará da sua escravidão, nem tam pouco sobre o próprio fim da classe operária. A «pedra de toque» da Internacional de Amsterdão é a «Carta Internacional do Trabalho», elaborada na Conferência Internacional de Berna (Fevereiro de 1919), que é um programa ultra-mínimo de legislação de protecção ao trabalho.

(1) Citado em harmonia com o Relatório Moral, apresentado ao XIV Congresso da C. G. T. francesa (Lyon, 1919), resenha dos trabalhos, p. 133.

(2) Loc. citada, pag. 143.

A Internacional Sindical Vermelha (I. S. V.)

A I. S. V. foi fundada em 1921. No seu primeiro Congresso elaborou os seus estatutos, e adoptou uma série de resoluções, nas quais traçava a sua linha de conduta a respeito dos principais problemas do movimento operário.

Antes, mesmo, de abordar a questão dos princípios da nova organização, dos seus fins e dos seus métodos de acção, o Congresso julgou necessário decidir, em primeiro lugar, a questão das relações entre a I. S. V. e a Internacional Comunista. Eis o texto da resolução do Congresso (1):

«Considerando que a luta entre o trabalho e o capital em todos os países adquiriu, em consequência da guerra e da crise mundial, um caracter particularmente agudo, implacável e decisivo;

que no processo desta luta se desenha, perante as grandes massas operárias, cada vez mais distintamente, a necessidade de afastar a burguesia da produção e, portanto, do poder politico;

que este resultado não pode ser exclusivamente atendido senão pelo estabelecimento da ditadura do proletariado e do regime comunista;

que, na sua luta pela conservação da ditadura burguesa, todas as camadas capitalistas dominantes atingiram já um grau considerável de preparação e de unificação das suas organizações nacionais e internacionais, assim como politicas e económicas, que a acção ofensiva do proletariado encontra uma força unida por parte da burguesia;

que a lógica da luta de classes actual exige a unifica-

ção mais completa das forças do proletariado e da sua luta revolucionária, e determina, assim, a necessidade dum contacto íntimo e duma ligação orgânica entre as diversas formas do movimento operário revolucionário, antes de tudo entre a Internacional Comunista e a I. S. V., que é altamente desejável, que todos os esforços sejam feitos no domínio nacional, para o estabelecimento de relações semelhantes entre os partidos comunistas e os sindicatos vermelhos ;

O Congresso decide :

1.º — Todas as medidas devem ser tomadas pelo grupo mais firme dos sindicatos revolucionários, numa organização de combate unificada, com um centro dirigente internacional único : a Internacional Vermelha dos Sindicatos Operários ;

2.º — Laços, tam estreitos quanto possível, devem ser estabelecidos com a Internacional Comunista, guarda avançada do movimento operário revolucionário do mundo inteiro, baseados na representação recíproca no seio dos dois órgãos executivos, em deliberações comuns, etc. ;

3.º — Esta ligação deve ter um caracter orgânico e técnico ; deve-se manifestar na preparação conjunta e na realização dos actos revolucionários, tanto no domínio nacional como internacional ;

4.º — O Congresso afirma a necessidade de se proceder à unidade das organizações sindicais revolucionárias e ao estabelecimento de uma ligação real e estreita entre os Sindicatos Operários Vermelhos e o Partido Comunista, na aplicação das decisões dos dois Congressos.»

Uma tal atitude de submissão ao partido comunista, uma tal declaração a favor da conquista do poder *pelo* partido comunista, *por meio* dos sindicatos, devia, necessariamente, fazer-se sentir no resto dos trabalhos do Congresso, e as outras resoluções aprovadas neste Congresso, assim como os estatutos estão impregnados do mesmo espirito. Assim, por exemplo, entre os fins da nova Internacional, notamos as passagens seguintes (2) :

«1.º — A organização das massas operárias do mundo inteiro para o derrubamento do capitalismo, libertação dos trabalhadores e instauração do poder proletário.

2.º — A agitação por uma larga propaganda para difundir as ideias de luta revolucionária de classe, de revolução social, de ditadura do proletariado, e dirigir a acção das massas para o derrubamento do sistema capitalista e dos governos burgueses»...

Esta distinção entre governos *burgueses* e governos proletários repete-se, mais uma vez, no capítulo que trata da composição da I. S. V. (3) :

«Pode ser membro da Internacional Sindical Vermelha toda a organização revolucionária de classe que aceite as condições seguintes :

- 1.ª — O reconhecimento da luta revolucionária de classe.
- 2.ª — A aplicação deste princípio na luta diária contra o capital e o estado burguês.
- 3.ª — O reconhecimento da necessidade de derrubar o

capitalismo por meio da revolução social e a instauração, durante o período transitório, da ditadura do proletariado»...

E, enfim, confirmando de novo a resolução da submissão ao partido comunista, o capítulo XI dos estatutos diz o que se segue (4) :

«Para estabelecer os laços sólidos entre a I. S. V. e a III Internacional Comunista, o Conselho Central :

1.º — Envia ao Comité Executivo da III Internacional tres representantes, com voto deliberativo.

2.º — Organiza sessões em comum com o Comité Executivo da III Internacional, para a discussão das questões mais importantes do movimento operário internacional e para a organização de acções comuns.

3.º — Quando a situação o exigir, lançará proclamações, de acôrdo com a Internacional Comunista.»

As organizações sindicalistas revolucionárias da Europa e da América recusaram-se a assinar estes estatutos. A União Sindical Italiana, que se tinha já retirado da Internacional Comunista, não enviou representante ao Congresso da I. S. V. (5). A Alemanha sindicalista, que, graças à sua vizinhança da Rússia, recebia, mais cedo do que qualquer outro país, informações sobre o estado actual do proletariado russo, já sabia que importância se devia ligar ao papel do partido bolchevista e da Internacional Comunista.

Não querendo, todavia, decidir a questão duma delegacia a Moscóvia, sem escutar a opinião dos membros da organização sindicalista da Alemanha, a F. A. U. D. apresenton ao *referendum* esta questão, e o resultado foi negativo; os sindicalistas revolucionários alemães não estiveram, pois, representados em Moscóvia. A C. N. T. de Espanha desautorizou os delegados espanhóis Nin, Arlandis e Maurin, recusando-se, categoricamente, a aderir à I. S. V. A Central sindicalista da Suécia recusou-se tambem a aderir. O mesmo succedeu com os I. W. W. da

América. E os sindicalistas franceses tiveram ainda tempo, antes da última sessão do Congresso, de telegrafar de Paris, dizendo que repudiavam o voto da maioria da delegação francesa. Com efeito, a C. G. T. U. também recusou aderir à I. S. V. Mas a recusa da C. G. T. U. não era tão categórica como as das outras organizações sindicalistas revolucionárias. A C. G. T. U. pedia que os estatutos fôsem modificados, sobretudo no que dizia respeito ao capítulo XI, relativo à «ligação orgânica com a Internacional Comunista».

Este pedido da C. G. T. U. foi explorado muito habilmente pela I. S. V. Lançou um novo apêlo a todos os sindicalistas para seguirem o exemplo da C. G. T. U. e irem ao 2.º Congresso da I. S. V. lutar pela emenda dos estatutos. Esta armadilha tinha um duplo fim: queria-se primeiro explorar, a favor da I. S. V., a presença de todas as organizações sindicalistas revolucionárias, no seu Congresso de Moscóvia, e em seguida frustrar a tentativa destas organizações de fundar um laço internacional independente da I. S. V.

Esta dupla armadilha não surtiu efeito, e no 2.º Congresso da I. S. V. não havia senão a França, que representava o sindicalismo revolucionário... e que o representava muito mal, como se verá em seguida.

Com efeito, as emendas propostas pela C. G. T. U. foram aceites pelo Congresso. Estas emendas consistiam em que a frase «ditadura do proletariado» fôsse substituída por «ditadura provisória do proletariado», e que as ligações orgânicas com a Internacional Comunista fôsem substituídas por ligações facultativas! (6)

Para pôr mais em relêvo as modificações introduzidas nos estatutos da I. S. V. — modificações unicamente de forma, mas não de facto — eis, em colunas paralelas, as mais importantes dentre elas (7):

Estatutos do 1.º Congresso

O acôrdo completo com todas as organizações revolucionárias e o partido comunista do país, em todos os actos ofensivos e defensivos contra a burguesia.

Estatutos do 2.º Congresso

O acôrdo facultativo e conforme as circunstâncias, com todas as organizações revolucionárias e o partido comunista do país, em todos os actos ofensivos e defensivos contra a burguesia.

Eis algumas das modificações introduzidas na parte dos estatutos que diz respeito às relações entre a I. S. V. e a I. C.

Texto antigo

... Que este resultado não pode ser atingido exclusivamente senão pelo estabelecimento da ditadura do proletariado e do regime comunista.

Que a lógica da luta de classes actual exige a unificação mais completa das forças do proletariado e da sua luta revolucionária, e determina assim a necessidade dum contacto estreito e de uma ligação orgânica entre as diversas formas do movimento operário revolucionário, sobretudo entre a Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha...

Laços tam estreitos quanto possível devem ser estabelecidos com a Internacional Comunista, guarda avançada do movimento operário revolucionário no mundo inteiro, baseada sobre a representação recíproca no seio dos dois órgãos executivos.

Não é difícil ver que as modificações não alteraram *absolutamente em nada* a ideologia estatal e ditatorial da I. S. V., e não mudaram, de qualquer forma, o caracter servil desta organização em face da Internacional Comunista.

Pelo contrário.

Quanto à ideologia estatal e ditatorial, as condições de adesão à I. S. V., tais como foram aprovadas no primeiro Congresso, tinham o seguinte parágrafo :

Texto actual

... Que este resultado não pode ser atingido exclusivamente senão pelo estabelecimento do regime comunista, por meio da ditadura provisória do proletariado, até à desapareição das classes.

Que a lógica da luta de classes exige a coordenação e a concentração das forças proletárias para a luta revolucionária, e determina assim a necessidade dum acôrdo entre as diversas formas do movimento operário revolucionário e, sobretudo, entre a I. C. e a I. S. V., tendo em vista acções comuns, todas as vezes que as circunstâncias o exigam...

O princípio de conferências mistas e de comités de acção, reunindo os delegados das duas Internacionais, é admitido.

«A luta revolucionária de classe deve-se prosseguir, sem que nunca se perca de vista o seu objectivo concreto : a abolição do capitalismo e o estabelecimento do poder dos trabalhadores, quer dizer, da ditadura do proletariado».

A frase *objectivo concreto* foi mudada no 2.º Congresso em *objectivo final*.⁽⁸⁾ A ditadura do proletariado que, nos diferentes parágrafos dos Estatutos recebeu a intercalação da palavra *provisório* — para não assustar os tímidos e para trocar dos imbecis — tornou-se pois dum só golpe não provisório, mas já o *objectivo final* da luta de classes. Desta forma a I. S. V., mais papista do que o papa, ultrapassou os bolchevistas mais fervorosos, que não falam da ditadura senão como um sistema transitório inevitável... para a destruição do Estado.

Quanto ao servilismo da I. S. V. perante a I. C. não é superfluo mencionar aqui a declaração aprovada por unanimidade pelo 2.º Congresso antes de passar á votação das modificações dos Estatutos.

Depois dum certo número de «considerandos», as delegações:

«Colocando-se no ponto de vista da necessidade absoluta de dar o papel de dirigente ao partido comunista em cada país, e à Internacional Comunista, no plano internacional, propõem contudo estender a mão aos operários revolucionários franceses e adoptar a proposta da C. G. T. U...»⁽⁹⁾

Assim, pois, o «copo de vinho» dado à C. G. T. U. era bem depressa embolsado com lucro, graças à declaração clara e precisa, que eram os partidos comunistas, que deviam dirigir o movimento operário.

As «modificações» propostas pela C. G. T. U. não eram senão um «tapa-olhos», mas não enganaram senão a própria C. G. T. U. que, logo após este congresso, começou a decompor-se e a deslocar-se.

(1) Resoluções e estatutos aprovados no 1.º Congresso Internacional dos Sindicatos Revolucionários, Paris, 1921, p. 16-17.

(2) Loc. cit., pag. 65.

(3) Loc. cit., pag. 66.

(4) Loc. cit., pag. 69.

(5) Vecchi, delegado italiano ao Congresso, que dizia representar a «minoría sindicalista revolucionária (1) no seio da U. S. Italiana, mas que só se representava a si mesmo.

(6) Teses e moções aprovadas no 2.º Congresso da I. S. V., Paris, pag. 39-41.

(7) «Resoluções e Estatutos aprovados no 1.º Congresso Internacional dos Sindicatos Revolucionários» Paris, 1921, pag. 62.

(8) «Teses e Resoluções aprovadas no 2.º Congresso da I. S. V.», Paris, pag. 42.

(9) Loc. cit., pag. 39.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (A. I. T.)

A A. I. T. realizou o seu Congresso Constitutivo em Dezembro de 1922, em Berlim. A sua declaração já aprovada na Conferencia Preliminar de Junho do mesmo ano, indica claramente e sem habilidades de linguagem as linhas principais que determinam o sindicalismo revolucionario. O 2.º Congresso da A. I. T. (Amsterdão, Março de 1925) confirmou esta declaração de principios, só nela introduzindo certas modificações de ordem puramente tecnica e secundária. Eis o texto definitivo dos «Principios Revolucionários» tal como foi votado pelo 2.º Congresso:

«1.º — O sindicalismo revolucionário, baseando-se na luta de classes, aspira à união de todos os trabalhadores manuais e intellectuais nas organizações económicas de combate lutando pela sua libertação do jugo do salariado e da opressão do Estado. O seu fim consiste na reorganização da vida social sobre a base do comunismo livre, por meio da acção revolucionária directa dos oprimidos. Unicamente as organizações económicas do proletariado das cidades e dos campos são capazes de realizar este objectivo. O sindicalismo revolucionário dirige-se, por conseguinte, aos trabalhadores, na sua qualidade de produtores e de criadores das riquezas sociais, e não na de membros de partidos políticos operários modernos, estes últimos não podendo nunca ser considerados como força motriz da reorganização económica.

2.º — O sindicalismo revolucionário é inimigo convicto de todo o monopólio económico e social, e aspira à sua abolição, substituindo-os por comunas económicas e órgãos administrativos eleitos pelos trabalhadores dos campos e das fábricas na base dum sistema livre de Conselhos operários e camponeses livres de toda a subordinação a qualquer poder ou partido politico. Ele erige contra a politico do Estado e dos partidos a organização económica

do trabalho; contra o governo dos homens a gestão das coisas. Não tem, por conseguinte, por fim a conquista dos poderes políticos, mas a abolição de toda a função estatal na vida social. Considera que com o monopólio da propriedade deve desaparecer também o monopólio do domínio, e que toda a forma de Estado, compreendendo a forma da «ditadura do proletariado», não pode nunca ser um instrumento de libertação, mas será sempre criador de novos monopólios e de novos privilégios.

3.º — A dupla tarefa do sindicalismo revolucionário pode ser definida do seguinte modo: dum lado, prossegue a luta revolucionária cotidiana para o melhoramento económico, social e intelectual da classe operária, dentro dos quadros da sociedade actual. Doutro lado, o seu objectivo final é educar os trabalhadores para a gestão independente da produção e da distribuição e posse de todas as ramificações da vida social. Está convencido que a organização dum sistema económico repousando, da base ao cimo, sobre o produtor, não pode nunca ser regulado por decretos governamentais, mas unicamente pela acção comum de todos os trabalhadores manuais e intelectuais em cada ramo de indústria, pela gestão das fábricas pelos próprios produtores, sob uma forma tal, que cada grupo, fábrica ou ramo de indústria seja um membro autónomo da organização económica geral e desenvolva, sistematicamente, sobre um plano determinado e sobre a base de acordos mútuos, a produção e a distribuição, no interesse de toda a colectividade.

4.º — O sindicalismo revolucionário opõe-se a toda a tendência e organização centralistas, que não são mais do que filhas do Estado e da Igreja, e que abafam, metódicamente, todo o espírito de iniciativa e todo o pensamento independente. O centralismo é a organização artificial de cima para baixo, que entrega em bloco, nas mãos duns poucos, a resolução das questões de toda a comunidade. O indivíduo é, então, apenas um autónomo, dirigido e posto em movimento de cima. Os interesses da comunidade passam a ser sobrepujados pelos privilégios dalguns; a diversidade é substituída pela uniformidade; a responsabilidade pessoal pela disciplina inanimada. E' por este motivo que o sindicalismo revolucionário se coloca no terreno federalista, quer dizer, da organização de baixo para cima, da união livre de todas as forças sobre a base das ideias e dos interesses comuns.

5.º — O sindicalismo revolucionário regeita toda a actividade parlamentar e toda a colaboração com os organismos legislativos. O sufrágio mais livre não pode fazer desaparecer as contradições flagrantes existentes no seio

da sociedade actual; o sistema parlamentar só tem um fim: o de emprestar um simulacro de direito legal ao reino da mentira e da injustiça social; levar os escravos a collocarem o selo da lei na sua própria escravidão.

6.º — O sindicalismo revolucionário regeita todas as fronteiras políticas e nacionais arbitrariamente fixadas, e não vê no Nacionalismo senão a religião do estado moderno, atrás do qual se occultam os interesses materiais das classes privilegiadas. Exige para todo o agrupamento de indivíduos ou de colectividades, unidos sobre a base económica, regional ou nacional, e direito da sua própria determinação, em harmonia solidária com todas as outras associações da mesma ordem.

7.º — E' pelas mesmas razões que o sindicalismo revolucionário combate o militarismo sob todas as formas, e considera a propaganda anti-militarista como uma das suas tarefas mais importantes na luta contra o sistema actual. Nesta propaganda a recusa individual e, sobretudo a *boicotagem* organizada contra a fabricação de material de guerra, deverão ser consideradas duma grande importância primordial.

8.º — O sindicalismo revolucionário, collocando-se no terreno da acção directa, está pronto a participar em todas as lutas que não sejam opostas aos fins fundamentais que elle defende: a abolição do monopólio económico e da dominação do Estado. Os meios de luta são: a greve, o *boicote*, a *sabotagem*, etc. A acção directa encontra a sua expressão mais profunda na greve geral que, para ser victoriosa, deveria sob o ponto de vista do sindicalismo revolucionário, tornar-se tambem o prelúdio da revolução social.

9.º — Inimigos de toda a violência organizada nas mãos dum governo qualquer, os sindicalistas não esquecem que as lutas decisivas entre o capitalismo de hoje e o comunismo livre de amanhã não se passarão sem colições sérias. Eles admitem, por consequente, na luta para a expropriação dos meios de produção e da terra pelo povo revolucionário, o emprego da violência como meio de defesa contra a violência das classes governantes. Mas, como esta expropriação não pode ser começada, nem levada a bom fim senão pelas organizações económicas revolucionárias dos trabalhadores, a defesa da revolução deve encontrar-se tambem nas mãos destes organismos económicos e não nas duma organização militar ou de qualquer outra actuando fóra destes órgãos económicos.

10.º — E' apenas nas organizações económicas revolucionárias da classe operária que se encontra a força capaz de realizar a sua libertação e a energia criadora

necessária para a reorganização da sociedade sobre a base do comunismo livre.

Os objectivos que a A. I. T. coloca perante o sindicalismo revolucionário são enunciados do seguinte modo nos seus Estatutos :

a) criar em todas as partes do mundo organizações sindicais — na base nacional ou industrial (internacionalmente) — decididas a lutar pela destruição do capitalismo e do Estado, e a alargá-las onde elas já existam ;

b) intensificar a lutá de classes no sentido acima indicado ;

c) impedir a infiltração dos partidos políticos, quaisquer que eles sejam nos organismos económicos, e lutar com firmeza contra toda a tentativa de açambarcamento dos sindicatos pelos partidos ;

d) estabelecer, quando a ocasião o exija, entendimentos temporários e eventuais com outras organizações proletárias sindicais e revolucionárias, afim de determinar, e empreender acções internacionais comuns no interesse da classe operária ;

e) lutar e revelar as arbitrariedades de todos os governos para com os revolucionários dedicados á causa da revolução social ;

f) estudar os problemas que dizem respeito á classe operária mundial, afim de desenvolver e de dirigir os movimentos internacionais ou de grupos de países para a defesa dos seus direitos e para novas conquistas operárias ;

g) empreender toda a obra de auxilio mútuo em períodos de grandes lutas económicas ou de lutas agudas contra os inimigos declarados ou ocultos da classe operária ;

h) assistir materialmente e moralmente á propaganda sindicalista revolucionária dum país, onde esta esteja nas mãos dos órgãos económicos do proletariado d'este país ;

A Internacional não intervém nas questões sindicais de cada país, senão quando a organização aderente d'este país o pede, ou quando esta última se subtrai ás directivas gerais da Internacional.

Aqui ainda só foram introduzidas modificações técnicas pelo 2.º Congresso. E' facil verificar-se isso, comparando os textos citados acima com os textos publicados no n.º 1 do Boletim de Informação da A. I. T. (15 de Janeiro de 1923) que contém as resoluções e os Estatutos aprovados pelo 1.º Congresso.

Influências políticas

Comparando as tres Internacionais operárias, que existem hoje, verificamos imediatamente uma diferença característica sobre a sua attitude em face do que nós estamos habituados a chamar «política».

Enquanto a Federação Sindical Internacional de Amsterdão se conserva — em teoria pelo menos — estritamente neutra perante o agrupamento político, e evita totalmente tomar posições a favor ou contra um regime qualquer de reorganização social, a Internacional Sindical Vermelha de Moscóvia declara-se pelo Estado proletário e pela conquista do poder do Estado pelo partido comunista em nome do proletariado.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, declarando a sua opposição categórica e definitiva a toda a conquista do Estado por qualquer partido ou organização económica, contra toda a ingerência de qualquer partido político nas questões das organizações económicas do proletariado, acha necessário afastar-se do neutralismo amorfo adoptado pela F. S. I., insistindo, que não sómente a conquista do Estado não pode entrar no programa da classe operária, nem ser considerado o objectivo final, mas que também só uma forma de organização social não comportando em si qualquer germen de Estado centralizado e de poder autoritário é que é compatível com as ideias do sindicalismo revolucionário. Mais do que isso, a A. I. T. considera que a luta de classes deve conduzir inevitavelmente à *abolição de todas as classes*, quer dizer : à destruição de toda a hegemonia económica, política, religiosa ou social. A introdução dum sistema estatal *qualquer*, conduzindo necessariamente à hegemonia duma parte da população — que se erige em Estado legislador e em aparelho executivo — sobre o resto da população, levar-nos hia inevitavelmente à divisão em classes, e por conseguinte à opressão. Segue-se pois que os princípios fundamentais emitidos pela A. I. T. são não sómente os do sindicalismo revolucionário tal como ele está organizado hoje, mas são sobretudo, e em primeiro lugar, os princípios fundamentais que toda a classe operária terá de seguir no dia em que esteja consciente da sua firme vontade de lutar pela sua emancipação integral de todos os jugos que a oprimem presentemente.

Poder-se hia acreditar, ao princípio, que a F. S. I. idealizava o verdadeiro caracter duma organização sindical. Todos tinham liberdade de nela entrar. Só se lhe pedia que fossem explorados. A única coisa que deles se exigia era deixarem à entrada da organização operária toda a sua «bagagem política».

Característica nesta ordem de ideias é a famosa resolução da C. G. T. francesa (Congresso de Amiens, 1906) que, sob o nome de Carta de Amiens, foi mais duma vez causa de lutas encarniçadas no campo operário e sob cuja bandeira pretendem colocar-se todas as tendências do sindicalismo revolucionário ou reformista.

A titulo de documento histórico damos aqui o texto desta resolução (1) :

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da *luta de classes*, que põe, no terreno económico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais como morais, postas em acção pela classe capitalista contra a classe operária;

O Congresso define esta afirmação teórica, nos seguintes pontos: Na obra reivindicadora diária, o sindicalismo prossegue a coordenação dos esforços operários, o aumento do bem-estar dos trabalhadores pela realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição das horas de trabalho, aumento de salários, etc.;

Mas esta tarefa não é senão um lado da obra do sindicalismo; êle prepara a emancipação integral, que não se pode realizar senão pela expropriação capitalista; preconiza, como meio de acção, a greve geral, e considera que o sindicato, hoje grupo de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e de distribuição, base de reorganização social;

O Congresso declara que esta dupla tarefa, cotidiana e de futuro, é proveniente da situação de assalariados que peza sobre a classe operária, e que faz de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas opiniões ou as suas tendências políticas ou filosóficas, um dever de pertencer ao grupo essencial, que é o sindicato.

Como consequência, no que se refere aos indivíduos, o Congresso afirma a inteira liberdade para o sindicato de participar, fora do grupo corporativo, nas formas de luta correspondentes à sua concepção filosófica ou política, limitando-se a pedir-lhe, em reciprocidade, para não introduzir no sindicato as opiniões, que professa fora.

No que se refere às organizações, o Congresso decide que, a fim de que o sindicalismo atinja o seu máximo de efeito, a acção económica deve-se exercer directamente

contra o patronato, as organizações confederadas não tendo, como agrupamentos sindicais, que se preocupar com partidos e seitas que, fora e ao lado, podem prosseguir, com toda a liberdade, a transformação social.»

O facto que os sindicalistas franceses da C. G. T., post-guerra — organização reconhecida como notoriamente reformista e de colaboração de classe — e os sindicalistas revolucionários defendem ambos a Carta de Amiens, que consideram, uns e outros, invulnerável, indica bem que esta Carta peca pelo seu character indeterminado. Ela não substitui a falta de «política e filosofia» — deixadas no limiar do sindicato — por uma ideologia própria.

E foi por isso que a F. S. I., impregnada d'este mesmo espirito de neutralismo sindical, ponde, sem grande custo nem esforços, acumular no seu seio o grosso do movimento operário organizado de todos os países da Europa.

Foi por esta mesma razão que a acção da F. S. I. não saíu, quasi nunca, dos limites corporativistas, baseando-se sempre no feitiço neutralista que acabou, com efeito, por neutralizar as forças desta organização, numericamente enorme.

Este mesmo neutralismo, que forçava as organizações a abafar, num corporativismo estreito de pequenas lutas, para melhoramentos momentâneos da sua vida cotidiana, permitia, todavia, aos chefes e aos militantes da F. S. I. — tanto nacionalmente como internacionalmente — de entrar, com o pretensio fim de consolidar estas melhorias, em relações cada vez mais estreitas com a máquina governamental.

Foi o primeiro passo que custou. Desde então, as alianças, entendimentos e apoios aos diferentes grupos políticos sucedem-se e amplificam-se.

Um dos primeiros actos da F. S. I. foi aderir ao «Bureau» Internacional do Trabalho, êste órgão adormecedor do proletariado que a Sociedade capitalista das Nações expressamente estabeleceu, para captar os chefes reformistas do movimento operário internacional e arrastá-los para uma política de colaboração com os capitalistas e com o Estado... em visível detrimento da classe operária.

Quando, na Inglaterra, o partido trabalhista subiu ao poder, donde os ministros tinham sido «desanichados», os Shaw e os Thomas tiveram de se demitir do Executivo da F. S. I. para, se entregarem inteiramente às questões governamentais, prestar juramento ao rei Jorge V e não manter nenhum dos compromissos que em tempos tinham tomado perante a classe operária.

Quando, em França, o bloco das esquerdas obteve a maioria parlamentar nas eleições de 11 de Maio de 1924, entre que elementos o governo democrático encontraria um apoio regular e sistemático, se não fôsse no seio da Confederação Geral do Trabalho? Jouhaux, o secretário-geral da C. G. T., vice-presidente da F. S. I., tornou-se o caixeiro viajante do governo francês em Genebra, onde fez parte de diferentes comissões da Sociedade das Nações, e o chefe do governo francês não perdeu a ocasião de agradecer a Leão Jouhaux o apoio que este último deu, em nome da C. G. T., à obra democrática do governo burguês!!

Por outro lado, os *meneurs* da F. S. I., que atacam a I. S. V., de Moscóvia, pelas relações íntimas desta com a Internacional Comunista, não fazem, êles próprios, senão o mesmo jôgo em face da Internacional Socialista, com a qual êles estão estreitamente ligados. As reuniões em comum dos *bureaux* da F. S. I. e da Internacional Socialista (chamada «Operária») tornaram-se de rigor, e sob o ponto de vista da ligação moral e permanente, o bloco F. S. I.-I. O., que nada tem a invejar ao bloco I. S. V.-I. C.

«Metralhadas» pelas influências políticas dos partidos socialistas e comunistas, as organizações sindicais de todos os países tornam-se apenas instrumentos dóceis da alta política do Estado, que na hora actual conduzem os partidos marxistas — democráticos ou ditatoriais. A classe operária mergulha cada vez mais no atoleiro pseudo-socialista e pseudo-revolucionário do estatismo contemporâneo.

Nesta luta para a conquista do Estado, que tanto os órgãos da I. S. V. como os da F. S. I., cada qual o melhor, sob a capa delicadamente transparente dos partidos políticos de que são apêndices caudais, a classe operária organizada perde a pouco e pouco toda a sua independência combativa; é arrastada no turbilhão da sua própria destruição. Carne para o canhão e para a exploração capitalista até agora, ela torna-se cada vez mais carne para a exploração política; no primeiro caso em proveito da casta dirigente de hoje, no segundo, em proveito da casta dirigente de amanhã, — mas nem hoje, nem amanhã, em proveito dela própria, da sua emancipação duns e doutros.

Quais são as consequências desta dupla opressão? A F. S. I. atravessa uma crise moral aguda: uma organização numericamente importante, desagrega-se graças à sua estrutura amorfa e à indiferença cada vez mais marcada da maior parte dos seus membros. Os militantes

da F. S. I. deixam ir os seus membros desnordeados — não se inquietam nada com isso. Alguns dentre eles passam para o inimigo... moscovitário! A F. S. I. é um grande exército sem chefe e sem espinha dorsal, sem homens que possam ser os porta-bandeiras dum movimento, sem uma ideologia que os possa unir conjuntamente.

Quanto á I. S. V. é inteiramente o contrário da F. S. I. Faltando-lhe totalmente o exército — a inscrição obrigatória da classe operária russa não sendo tomada em linha de conta — não possui senão generais encarniçados para comandar, dirigir, ordenar... e conduzir o proletariado sob o pretexto da sua libertação económica a uma escravidão integral — tanto económica como política. Veremos mais longe as tentativas que a I. S. V. fez para encontrar, no seio da F. S. I., o exército que lhe faltava.

Só a Associação Internacional dos Trabalhadores tem sabido guardar a sua autonomia e a sua independência completa perante todos os partidos e todas as tendências políticas que, duma maneira ou doutra, procuram entrar nas boas graças do proletariado para o enganar na primeira ocasião.

Como o temos visto, os próprios princípios da A. I. T. são tais que não podem gerar no seu seio uma doença de caracter político.

A nova Carta do Sindicalismo Revolucionário anti-estatal na qual se baseia toda a actividade da A. I. T. não sómente estabeleceu os fundamentos duma táctica revolucionária para hoje, e para o dia seguinte ao da revolução proletária, como também imprimiu a ideologia anti-autoritária e anti-estatal ao sindicalismo de luta de classes, que até aqui, se mantinha fora de toda a concretização de ideal final da sociedade humana, em vista do que se tornava presa fácil dos políticos.

Esta ideologia aproximou o sindicalismo revolucionário — como movimento de libertação da classe oprimida — da ideologia do comunismo libertário. Esta aproximação parece aterrorizar tanto certos sindicalistas revolucionários como certos anarquistas. Os primeiros viam desenharem-se perante eles, o espectro da Anarquia que através dos óculos torcidos de certos anarquismos estropeados, se tornava o novo papão político pronto a devorar a criança sindicalista, recusando-se sempre a tornar-se adulta. Os segundos viam, ao contrário, com desconfiança, a introdução destas massas organizadas da classe operária na arena anti-estatal e comunista libertária, temendo a infecção do virus reformista, e porisso, a substituição da imaculada Anarquia.

O sindicalismo anti-estatal, certamente, que deverá

estar em luta incessante contra os apetites dos partidos políticos de toda a espécie, que tem por fim principal a conquista da máquina do Estado, e, por conseguinte, a conquista do poder político e económico, fazendo da classe operária um instrumento dócil, que lhes permita atingir os seus fins. Mas o espectro da Anarquia não deveria de nenhuma forma atemorizá-lo. Imbuído dos princípios federalistas e anti-autoritários da Primeira Internacional «Bakuninista», ele deve ao contrário, poder encontrar uma base de entendimento e de co-existência, com os movimentos, que, embora fazendo certas reservas sobre o papel preponderante da luta de classes, consideram que, a abolição do patronato e do Estado é uma condição primordial da libertação dos trabalhadores do jugo capitalista e governamental. Tanto mais que esta base de entendimento é necessária com aqueles que são categoricamente opostos à conquista das organizações económicas do proletariado, ainda que fosse por um organismo, que não aspirasse à conquista do poder.

Das três Internacionais operárias, a A. I. T. é a única que garante, pela sua própria constituição, a independência do movimento operário e que pela forma da sua organização e pelos princípios, que regulam a sua actividade, está garantida contra a influência no seu seio, dos políticos e da política.

(¹) Relato dos trabalhos do Congresso de Amiens da C. G. T., 8-16, Outubro, 1906, pag. 170-171.

VIII

Fusionismo e Confusionismo

Desde a revolução russa de Outubro de 1917 os bolchevistas não têm cessado de proclamar a sua determinação de dirigir não sómente a classe operária russa, mas também por intermédio dos partidos comunistas nacionais e da Internacional Comunista, a classe operária mundial.

Para êste fim, a sua primeira tactica foi, por um lado, romper o movimento sindical, e, por outro, atrair para si os elementos revolucionários no seio da classe operária. Como o temos visto, as duas tentativas faliram miseravelmente, sobretudo a última. Os comunistas não desa-

nimaram por tão pouco: substituíram o «mot-d'ordre» scisão pelo da unidade sindical, porque todos os meios são bons, desde que se possa atingir o fim que se deseja.

Com o seu novo «mot-d'ordre» de unidade sindical, os comunistas encontraram um terreno mais susceptível de ser cultivado. A unidade sindical teve sempre, em si, um atractivo instintivo nas fileiras da classe operária organizada. Os comunistas especulam sobre este instinto forte dos trabalhadores, e vêem já ao longe apontar no horizonte a possibilidade de vencer a Internacional Sindical reformista, de fundir a I. S. V. com a F. S. I., e de poder, daqui a pouco, açambarcar o movimento sindical mundial em proveito da Internacional Comunista, em proveito, sobretudo, do Estado bolxevista.

A proposta da unidade sindical — ideia surgida no seio da Internacional Comunista — introduziu uma confusão inextrincável nas fileiras sindicais. Todo o mundo fala de unidade: a grande massa, mais ou menos inerte, dos trabalhadores organizados, que nada querem saber do comunismo, e os comunistas, que nada querem saber de reformismo. Mas, enquanto é um instinto natural que dita as aspirações dos primeiros, não é senão por cálculo político que os últimos procuram enaltecer esta unidade sindical.

Esta epidemia desenvolveu-se, sobretudo, na França, onde a tradição sindicalista não pode suportar uma organização sindical. Os comunistas da C. G. T. U. especulam sobre esta tradição, exploram-na constantemente, com a esperança de açambarcar o movimento operário francês todo, transformando-o no servidor obediente da Secção Francesa da Internacional Comunista.

Mas o fenómeno mais curioso na história moderna da unidade sindical é o anseio e a pressa com que a C. G. T. russa se prepara para entrar na Internacional reformista de Amsterdão.

Por ocasião da visita, à Rússia, da delegação das «Trade-Unions» inglesas, nos fins de 1924, uma grande campanha da fusão das Internacionais de Amsterdão e Moscóvia foi empreendida pela C. G. T. russa, que, na hora actual, desempenha o papel de «guarda-vento», atrás do qual se oculta a I. S. V., fraca e moribunda, e que não espera senão a entrada da C. G. T. russa em Amsterdão para exalar o seu último suspiro.

Que acontecerá no dia em que os elementos moscovitários do movimento sindicalista se integrem na Internacional reformista? Pode-se apenas calcular o caos que vai reinar no seio desta «unidade» sindical! Não esqueçamos que a F. S. I. está em relações tam estreitas e seguidas com a Segunda Internacional, como os membros

da C. G. T. russa e da C. G. T. U. francesa estão estreitamente e intimamente ligados à Terceira Internacional. Com estes dois grupos político-sindicais puxando cada um para o seu lado, pode-se prever uma série interminável de lutas intestinas, que enfraquecerão imensamente o poder de resistência da classe operária, batida na sua própria casa por estas duas aglomerações políticas. Não esqueçamos, também, que os dois partidos políticos internacionais, cujos organismos sindicais correspondentes são apenas «ferramentas» benévolas e dedicadas, não têm, de forma alguma, a ideia de se fusionarem. É claro, por conseguinte, que a fusão dos apêndices sindicais não é senão um «tapa-olhos», com o qual se quer mitigar a sede de unidade, que arde no seio das grandes massas.

Estas lutas intestinas, engendradas pela ingerência dos políticos na vida dos sindicatos, terão por fim supremo e único a conquista do poder sobre os sindicatos. É, pois, indubitável que, longe de atingir, pela fusão das duas Internacionais, de Amsterdão e de Moscóvia, um certo grau de unidade sindical, dum valor positivo qualquer, esta fusão trará como consequência uma era de confusão extrema nas fileiras do proletariado e uma epidemia de intrigas políticas, que ameaçarão a própria existência de todo o movimento sindical.

O «mot-d'ordre» de unidade sindical não é, nem mais nem menos, do que o «mot-d'ordre» seccionista conduzindo à decomposição e à desagregação completa do movimento operário.

A ordem da fusão proclamada por Moscóvia não traz como consequência senão a desordem e a confusão (1).

(1) O 2.º Congresso da A. I. T. (Amsterdão), 21-27 de Março de 1925) teve de marcar posição, em face desta pseudo-unidade sindical. A moção aprovada por este Congresso, sobre a atitude em face dos diferentes partidos políticos, conclui do seguinte modo :

«Perante esta situação, cheia de perigos para a classe operária mundial, o 2.º Congresso da A. I. T considera que é dever dos sindicalistas revolucionários :

continuar, mais enérgicamente do que nunca, a obra de agrupamento da família sindicalista na base dos princípios do sindicalismo revolucionário, tais como são enunciados nos estatutos da A. I. T. ;

não participar em nenhuma comédia de unidade sindical empreendida por aqueles que desejam aniquilar o mo-

vimento operário, tornando-o preza dos partidos políticos, quaisquer que eles sejam ;

agrupar, em volta da A. I. T., todas as fôrças revolucionárias sindicalistas anti-estatais do mundo inteiro.»

A bandeira da Primeira Internacional

Em 1872 morreu a ala marxista da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. A ala bakuninista sobreviveu a esta alguns anos. E, durante estes anos, não perdeu nunca a ocasião de insistir sôbre as duas bases fundamentais dum movimento operário revolucionário: o federalismo e o anti-estatismo. No Congresso da Federação da Suíça francesa da Primeira Internacional, que se tinha realizado em Chaux-de-Fonds em Abril de 1870, a resolução seguinte, que aí foi aprovada, indica, claramente, o espírito de que estava imbuída a Internacional Bakuninista (1):

«Considerando que a emancipação definitiva do trabalho não pode ter lugar senão pela transformação da sociedade política fundada no privilégio e na autoridade, na sociedade económica fundada na igualdade e liberdade ;

que todo o governo ou Estado político não é outra coisa senão a organização da exploração burguesa, exploração cuja fórmula se chama direito jurídico ;

que toda a participação da classe operária na política burguesa governamental não pode ter outros resultados senão a consolidação da ordem de coisas existente, o que paralizaria a acção revolucionário-socialista do proletariado ;

O Congresso da Suíça francesa recomenda a todas as secções da Associação Internacional dos Trabalhadores que renunciem a toda a acção, tendo por fim realizar a transformação social por meio de reformas políticas nacionais, e que empreguem toda a sua actividade na constituição federativa dos organismos profissionais, único meio de assegurar o successo da revolução social. Esta federação é a verdadeira representação do trabalho, que deve ter lugar absolutamente fora dos governos políticos.»

Meio século mais tarde, no Congresso Constitutivo da A. I. T. em 1922 em Berlim, os sindicalistas revolucionários, fieis aos princípios do federalismo e do anti-estatismo, só puderam confirmar de novo a sua atitude de

oposição consciente a toda a acção de arregimentar politicamente a classe operária. A última frase da declaração dos princípios da A. I. T. não é senão um eco da de La Chau-de-Fonds: «E' sòmente nas organizações económicas revolucionárias da classe operária que se encontra a força capaz de realizar a sua libertação e a energia criadora necessária para a reorganização da sociedade na base do comunismo livre.»

Foi assim que se estabeleceu a continuidade ideológica da Primeira Internacional com a Associação Internacional dos Trabalhadores. A bandeira da primeira passou para as mãos da segunda. A luta começou ha 50 anos contra os políticos e as autoridades sob a bandeira federalista e anti-estatista, e continúa sempre, conduzida desta vez sob a nova bandeira da Associação Internacional dos Trabalhadores.

E' sob esta bandeira que são chamados hoje a collocar-se em fileiras cerradas todos os trabalhadores manuais e intellectuais, que querem acabar com todo o governo, com toda a dominação política ou económica, com toda a democracia hipócrita e enganadora, com toda a ditadura, seja ella «Mussolínica» ou «Leninista», com todos os que, em resumo, são adversários irreconciliáveis da conquista do poder e de centralismo estatal.

E' dever urgente de todos os revolucionários imbuídos de espirito anti-centralista e anti-estatal, de estreitarem relações nas organizações económicas de combate, reforçarem estas, e, repelindo para longe de si o reformismo democrático de Amsterdão e o revoltionarismo ditatorial de Moscóvia, aumentar a força da acção da A. I. T., no seio da qual se reúnem todas as organizações sindicalistas revolucionárias anti-estataes, que põem em prática os principios da Primeira Internacional.

(*) Memória da Federação Jurassiana, Souvillier, 1873; p. 128.

TIP, DA ASS. DOS COMPOSITORES
TRAVESSA DA AGUA DE FLOR, 35
LISBOA ☉ ☉ ☉ 1925

(141)
Editorial de "A BATALHA"

ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA

Capítulos: I. O ideal - A ideia - II. Os fenómenos sociais
III. Agregados sociais - IV. As duas classes antagonicas
V. Organização Sindicalista - VI. Meios de acção
VII. Conclusões (estrutura orgânica).

Fóra do texto: Esquema gráfico da O. S. S.

1 volume com 160 páginas - 3\$00

A CRISE DO SOCIALISMO - POR AUGUSTIN HAMON

Capítulos: Sua evolução - Sua situação presente - Suas
causas - Seus efeitos - O futuro.

Brochura com 60 páginas - 1\$00

OS I. W. W. NA TEORIA E NA PRÁTICA

Interessante trabalho sobre a organização industrialista
do proletariado norte-americano.

1 volume com 164 páginas - 3\$00

**O SINDICALISMO REVOLUCIONARIO E A ORGA-
NIZAÇÃO OPERÁRIA** - POR RODOLFO ROCKER 1\$00

A REVOLUÇÃO SOCIAL E O SINDICALISMO

POR P. ARCHINOF - 1\$00

**AS TRES INTERNACIONAIS SINDICAIS: Amster-
dam, Moscovia, Berlin**

POR A. SCHAPIRO - 1\$00

Serviço de livreria de A BATALHA

Obras sociológicas e Romances revolucionarios, Esperanto,
Literatura portuguesa dos melhores autores, etc.

*Satisfaçem-se todos os pedidos que venham acompanhados
das importâncias respectivas*

Calçada do Combro, 38-A, 2.º

LISBOA - PORTUGAL

I.C.

P.Q. 1125